

22/02/2019 12:05 - Ex-assessor diz que dava 2/3 do salário a Fabrício Queiroz



O primeiro depoente ouvido sobre o caso das movimentações suspeitas entre funcionários do gabinete de Flávio Bolsonaro (PSL) na Assembleia Legislativa do Rio, Agostinho Moraes da Silva, admitiu ao Ministério Público fluminense que depositava, todos os meses, cerca de dois terços do salário na Casa na conta de Fabrício Queiroz, ex-assessor do parlamentar.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) constatou que Queiroz fez movimentações atípicas – e incompatíveis com a renda – de R\$ 1,2 milhão em uma conta de janeiro de 2016 a janeiro de 2017.

O primeiro depoente ouvido sobre o caso das movimentações suspeitas entre funcionários do gabinete de Flávio Bolsonaro (PSL) na Assembleia Legislativa do Rio,

Agostinho Moraes da Silva, admitiu ao Ministério Público fluminense que depositava, todos os meses, cerca de dois terços do salário na Casa na conta de Fabrício Queiroz, ex-assessor do parlamentar.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) constatou que Queiroz fez movimentações atípicas – e incompatíveis com a renda – de R\$ 1,2 milhão em uma conta de janeiro de 2016 a janeiro de 2017.

Segundo Silva relatou em depoimento prestado em 11 de janeiro, ao qual a reportagem teve acesso, todos os meses, assim que o salário da Assembleia era depositado na conta, ele fazia uma transferência eletrônica para a conta do ex-assessor, sempre no valor aproximado de R\$ 4 mil. O depoente, que, assim como Queiroz, é policial militar, disse que ganhava aproximadamente R\$ 6 mil por mês como assessor de Flávio. Além disso, ele recebia mais R\$ 8,5 mil líquidos como subtenente da Polícia Militar.

O policial alegou aos promotores do Grupo de Atribuição Originária Criminal da Procuradoria-Geral de Justiça que as transferências eram investimentos em atividade empresarial desempenhada por Queiroz: compra e venda de veículos. Silva disse, ainda, que Queiroz lhe devolvia, sempre, de R\$ 4,5 mil a R\$ 4,7 mil, em espécie, como retorno do negócio, em aproximadamente um mês.

Silva não apresentou documentos que comprovassem as afirmações. Elas convergiram com declarações do próprio Queiroz que, em entrevista ao SBT, afirmou que ganhava dinheiro comprando e vendendo carros usados – também sem mostrar provas dessas negociações. O ex-assessor nunca depôs nas investigações. Ele faltou a quatro depoimentos marcados no Ministério Público. Alega problemas de saúde – está em tratamento de um câncer.

Silva não explicou por que recebia em dinheiro vivo o retorno do investimento. Também afirmou que não declarou no Imposto de Renda ganhos na atividade de Queiroz. O depoente disse que a prática era vantajosa “na medida em que lhe retornava um valor maior do que seria em caso de investimentos bancários tradicionais”.

Despesas

Ele afirmou, também, que pagava suas despesas com dinheiro em espécie e, além disso, como tinha muitos gastos no cartão de crédito, usava os valores que recebia de Queiroz para quitar as faturas e as contas de condomínio de sua residência. Silva disse acreditar que Flávio não sabia das atividades de Queiroz “por ser uma pessoa muito transparente”.

O policial militar afirmou não ter conhecimento da existência de “funcionários fantasmas” no gabinete de Flávio, e que não sabia que as filhas de Queiroz, Nathalia e Evelyn, e a mulher, Márcia Aguiar, eram assessoras do filho do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Declarou também não conhecer Raimunda Veras, assessora de Flávio que também fez depósitos na conta de Queiroz.

Silva disse que foi indicado para trabalhar no gabinete do então deputado estadual por Queiroz e era lotado lá desde 2007. Admitiu que não comparecia à Assembleia regularmente, não precisava bater ponto e realizava atividades externas determinadas pelo gabinete.

O depoente afirmou que sempre ficou integralmente com seu vencimento e nunca foi obrigado a repassar parcela de seu salário “a quem quer que seja”.

A defesa de Queiroz não quis comentar o depoimento. O Ministério Público do Rio respondeu que o caso corre em sigilo. O procurador-geral de Justiça Eduardo Gussem disse que o órgão pode encerrar a investigação sem colher os depoimentos de Flávio e de Queiroz. O senador faltou ao convite de oitiva.

Força-tarefa

O Ministério Público e a Polícia Civil do Rio fecharam nessa quinta-feira (21/2) uma parceria para atuar em conjunto na investigação de nove casos de gabinetes da Assembleia citados no relatório do Coaf que ficaram com a 24ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal.

Só estarão nesses inquéritos deputados estaduais não reeleitos. Policiais do Departamento Geral de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro vão ajudar na análise dos Relatórios de Inteligência Financeira do Coaf, além de ouvir testemunhas e realizar diligências.

Os deputados estaduais reeleitos continuarão a ser investigados pelo procurador-geral de Justiça, em razão do foro. O caso do gabinete de Flávio, que assumiu mandato no Senado, está sendo analisado na primeira instância, pela 25ª Promotoria de Investigação Penal, com auxílio do Grupo Especializado no Combate à Corrupção.

Fonte: Estadão Conteúdo

Notícias RO